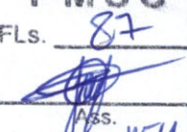




ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56

Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC
FLs. <u>87</u>

Ass. <u>1154</u>
Mat.

PARECER JURÍDICO

Processo nº: 514.001/2020

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual (EPI) para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN

Interessado: Fundo Municipal de Saúde

EMENTA: Direito Administrativo. Dispensa de Licitação. Fornecimento de bens para combate à pandemia gerada pelo COVID-19. Aplicação do art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020. Possibilidade de contratação

I – OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente processo trata da contratação do fornecedor para entrega de equipamentos de proteção individual (EPI) por meio de dispensa de licitação, cujo fundamento legal seria a Lei Federal 13.979/2020, conforme se observa da leitura dos autos.

Consta dos autos do processo a Solicitação de Despesa, Termo de Referência e a Pesquisa Mercadológica no Painel de Preços e perante fornecedores. Diante dessas informações, a Secretária Municipal de Saúde autorizou a abertura e autuação do processo, oportunidade em que se verificou a existência da Disponibilidade Orçamentária. Ato contínuo, o procedimento foi encaminhado a Comissão Permanente de Licitações de Serra Caiada, a fim de que formalizasse o procedimento de contratação.

Ao receber os autos, o Presidente da Comissão de Licitações prosseguiu com o caminhar do processo e, em seguida, justificou a realização da dispensa do procedimento licitatório em razão da necessidade de atendimento de demanda urgente do Hospital Dona Teca, em razão da pandemia provocada pela COVID-19 (Coronavírus).



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56

Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC	
FLs.	88
	Ass. 11/54
	Mat.

Em um primeiro momento, foi emitido o parecer de folhas 72-77 no qual se recomendou a complementação da pesquisa mercadológica, a fim de que restasse comprovado nos autos de que a aquisição está em conformidade, no atual momento, ao preço de mercado.

Por conseguinte, foram anexadas aos autos novas pesquisas mercadológicas com fornecedores, assim como justificada da Secretária Municipal de Saúde sobre a necessidade de contratação, ainda que os preços sejam mais elevados do que aqueles identificados no Painel de Preços.

Isso é o que importa relatar.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24 da Lei nº. 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa, especificando em seu inciso IV que é dispensável a licitação:

"IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

P M S C	
FLs.	89
	NSA
Mat.	

ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"

Com efeito, é cediço que o país vivencia um período de crise aguda no setor de saúde – com graves repercussões econômicas – em decorrência do surgimento de uma pandemia provocada pelo vírus COVID-19 (Coronavírus).

Diante do quadro acima alinhavado, os Governos Federal, Estadual e Municipal declararam estado de calamidade pública. No caso do município de Serra Caiada/RN foi editado o Decreto 006/2020, de 20 de março de 2020, cujo teor já foi reiterado pelos Decretos 011/2020, 012/2020 e 023/2020.

Embora a própria Lei de Licitações já trouxesse hipótese de dispensa de licitação para cenários de calamidade pública, em regime de urgência, foi editada a Lei Federal nº 13.979/2020, já modificada pela Medida Provisória nº 926/2020, que estabeleceu em seu art. 4º regra específica de dispensa de licitação, a saber:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.



PMSC	
FLs.	90
	1154
Mat.	

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56

Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

Omissis.

A Lei em comento foi mais além no trato da matéria e regulamentou inúmeros outros aspectos desta problemática. Primeiramente, quando as contratações tiverem por fundamento o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, estabeleceu regras de presunção, no seguinte sentido:

Art. 4º-B - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Em seguida, permitiu a contratação por meio de termos de referência simplificados, que atendam ao disposto em seu art. 4º - E, *ad litteram*:

Art. 4º- E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º - O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterà:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56

Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC	
FLs.	91
Ass.	1154
Mat.	

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos; ou

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

Omissis. (Grifos acrescidos).

Da análise dos autos se percebe que, ao menos do ponto de vista formal, a Administração elaborou um termo de referência em consonância com o disposto no §1º, do art. 4º - E, da lei em debate.

De todo modo, sempre que possível, recomenda-se a utilização das minutas padronizados de Termos de Referência ou de Projeto Básico fornecidas pela Advocacia-Geral União, segundo previsto no Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas.

Por outro lado, como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, posto que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública. Especificamente sobre este ponto, a Lei 13.979/2020 estabeleceu que:

Art. 4º - E – *Omissis.*

§ 2º - Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56

Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC	
FLs.	92
	11/54
	Mat.

inciso VI do caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º - Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.

No tocante a esta problemática, a Secretária Municipal de Saúde justificou que:

A Pandemia do COVID-19 (Coronavírus) que assola diversos países ao redor do mundo e que inclusive já superou 300.000 (trezentas mil) mortes, obriga o enfrentamento da doença de forma responsável.

Assim, faz-se imprescindível a aquisição de Equipamentos de Proteção Individuais que sejam compatíveis com o enfrentamento do COVID-19 por meio de ações pontuais que vão desde barreiras sanitárias a desinfecção de espaços e órgãos públicos que recebem diariamente um fluxo grande de pessoas e podem ser potenciais vetores de disseminação do vírus em caráter emergencial para melhor enfrentar a situação.

Considerando a procura de tais itens por diversos órgãos, o mercado tem praticado valores bem diferentes e acima do habitual. Porém, considerando a necessidade extrema de adquiri-los em caráter emergencial, encontramos fornecedor apto a entrega-los de forma imediata e, portanto, consideramos a proposta da empresa COMERCIAL APOLO LTDA EPP a mais vantajosa à Administração neste momento.

Assim, denota-se que o processo em análise apresenta pesquisa mercadológica e justificativa sobre o valor da contratação, tudo nos termos previstos nos §2 e §3º, do art. 4º - E, da Lei 13.979/2020, o que vai ao encontro do estado de calamidade pública declarado no Município.




ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56

Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC
FLs. <u>93</u>

Ass. <u>1154</u>
Mat.

A despeito da flexibilização de alguns procedimentos para dar celeridade nas contratações públicas, a fim de permitir uma eficaz resposta ao avanço da pandemia provocada pelo COVID-19, alguns princípios são inderrogáveis, tais como a publicidade. Daí porque o legislador não olvidou de ressaltar a necessidade de imediata disponibilização na internet de informações sobre contratações realizadas com arrimo neste novel regime. A propósito:

Art. 4º - *Omissis.*

§ 2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Ademais, ainda que disponibilizada a informação da contratação na internet, não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior no prazo de 03 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos (art. 26, da Lei 8.666/1993).

Diante do exposto, uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela legalidade realização da contratação direta.

III – DA CONCLUSÃO

Por tudo que foi exposto, salvo melhor juízo e em caráter opinativo, entendo que o procedimento de dispensa de licitação de nº 514.001/2020 atendeu ao disposto nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 13.979/2020.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56

Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

PMSC	
FLs.	94
	1154
Mat.	

Por derradeiro, sempre que possível, recomenda-se a utilização das minutas padronizados de Termos de Referência ou de Projeto Básico fornecidas pela Advocacia-Geral União, segundo previsto no Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas.

Serra Caiada/RN, 21 de maio de 2020.

**Ednaldo Patrício
da Silva**

Assinado de forma digital por
Ednaldo Patrício da Silva
Dados: 2020.05.21 16:15:48
-03'00'

Ednaldo Patrício da Silva

Procurador Municipal

OAB/RN 8.589